



## Pandemic, education and disability: narratives from parents and teachers

## Pandemia, educação e deficiência: narrativas de pais e professores

BALBINO, Elizete Santos <sup>(1)</sup>; BEZERRA, Jane Cleide dos Santos <sup>(2)</sup>; SANTOS, Verônica dos<sup>(3)</sup>; SANTOS<sup>(3)</sup>, Jéssica Alves Inácio dos<sup>(4)</sup>; SANTOS, Juciara Inácio dos<sup>(5)</sup>

<sup>(1)</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-6173-3668>; Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas. *Campus I, Arapiraca, Alagoas (AL), Brazil.* E-mail: [elizete.balbino@uneal.edu.br](mailto:elizete.balbino@uneal.edu.br).

<sup>(2)</sup>  0000-0003-3900-7472; Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas. *Campus I, Arapiraca, Alagoas (AL), Brazil.* E-mail: [jane.bezerra@uneal.edu.br](mailto:jane.bezerra@uneal.edu.br).

<sup>(3)</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-7546-5377>; Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - *Campus I, Arapiraca (AL).* Bolsista da FAPEAL/UNEAL, Brazil. E-mail: [veronicasootos@gmail.com](mailto:veronicasootos@gmail.com).

<sup>(4)</sup>  <http://orcid.org/0000-0002-0924-8286>; Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, *Campus I, Arapiraca (AL),* Bolsista voluntária da FAPEAL/UNEAL, Brazil. E-mail: [jessica.alves.2785@gmail.com](mailto:jessica.alves.2785@gmail.com).

<sup>(5)</sup>  <https://orcid.org/0000-0003-2921-7353>; Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, *Campus I, Arapiraca (AL),* Bolsista voluntária da FAPEAL/UNEAL BRAZIL. E-mail: [juciarasantos@alunos.uneal.edu.br](mailto:juciarasantos@alunos.uneal.edu.br).

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

### ABSTRACT

This article is an excerpt of a research from an investigation of the Programa de Iniciação à Pesquisaz (PIBIC) which brings to the discussion the pandemic, education and disability, through the narratives of parentes and teachers, especially with regard to how they are managing to serve the target audience of special education. Therefore, the question that guides the study is: What do parents and teachers of students with disabilities narrate about school education during the pandemic? Thus, this research aims to analyze the narratives of parentes and teachers about the education of students with disabilities during the pandemic. Therefore, we decided for a qualitative approach, through bibliographical, documental and field research. Data collection was carried out through document analysis and an online questionnaire through the Google Forms platform, with the twenty participants, ten teachers and ten parents of children with disabilities from public and private schools in the city of Maceió, Arapiraca and in adjacent municipalities in rural Alagoas. The results of this research reveal the challenges of teachers in the use of technological tools, as well as the difficulties in readapting pedagogical content so that students with disabilities could have access to classes; and, still, the impasses that both teachers and parents were facing to make children focus for a long time in remote classes. Thus, we concluded that both the school and family needed to resize their roles in view of the impacts that the new routines of study, work and social relationships were happening on the lives of children with disabilities.

### RESUMO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de maior amplitude, desenvolvida pelo Programa de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) que traz para a discussão, a pandemia, a educação e a deficiência, por meio das narrativas de pais e professores, sobretudo, no que se refere ao modo como estes estão se organizando para atender ao público-alvo da educação especial. Logo, o questionamento que orienta o estudo é: O que narram pais e professores de alunos com deficiência sobre a educação escolar durante a pandemia? Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar as narrativas de pais e professores sobre a educação de alunos com deficiência durante a pandemia. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, pela via da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de análise de documentos e um questionário on-line através da plataforma *Google Forms* com vinte participantes, sendo dez professoras e dez pais de crianças com deficiência, que são oriundas de escolas públicas e privadas do município de Maceió, Arapiraca e municípios adjacentes do agreste alagoano. Os resultados desta pesquisa revelam os desafios dos professores no uso das ferramentas tecnológicas, bem como as dificuldades em readaptar os conteúdos pedagógicos para que os alunos com deficiência pudessem ter acesso às aulas e, ainda, os impasses que tanto professores quanto os pais estavam enfrentando para fazer com que as crianças se concentrassem por um longo tempo nas aulas remotas. Assim, concluiu-se que tanto a escola quanto a família precisaram redimensionar seus papéis frente aos impactos que as novas rotinas de estudo, trabalho e relações sociais estavam provocando na vida das crianças que apresentam deficiência.

### INFORMAÇÕES DO ARTIGO

#### Histórico do Artigo:

Submetido: 24/11/2021

Aprovado: 23/09/2022

Publicação: 10/10/2022



#### Keywords:

Education, Inclusion, Pandemic.

#### Palavras-Chave:

Educação, Inclusão, Pandemia

## **Introdução**

Todo gênero discursivo que emerge na esfera científica seja para a leitura seja para a produção escrita, apresenta uma premissa mais rigorosa no que se refere à mobilidade de sua estrutura formal, devido a algumas características peculiares que são regidas por normas específicas. Assim, é necessário que o leitor/produtor de texto faça uma reflexão mais acurada sobre os elementos composicionais de gêneros dessa natureza, a fim de assegurar que a função social de cada gênero seja consubstanciada no meio em que circula. Um dos elementos integrantes do Artigo Científico, por exemplo, é a “Introdução”, que deve contextualizar a proposta do manuscrito, justificativa e objetivos. Com essa prerrogativa, a construção textual deste artigo parte do argumento de que a escola é concebida por uma vasta possibilidade de entendimentos, tanto no meio científico quanto no senso comum. Nesse nicho conceitual, vislumbra-se definições variadas: a escola é o lugar do saber; um dos pilares da sociedade hodierna; ambiente de preparação para a vida e para o mercado de trabalho e, ainda que, a escola é, de maneira contumaz, compreendida como um local de investimento, na qual pais e professores estimulam os alunos para a realização de seus sonhos (Costa & Oliveira, 2019).

Essas concepções e definições precisaram ser (re)pensadas e (re)inventadas para que pudessem atender às necessidades precípua dos alunos, pontualmente, ao se considerar a realidade que todos estavam enfrentando, isto é, as inúmeras consequências da pandemia provocadas pela COVID-19, doença infecciosa causada pelo coronavírus, identificado pela primeira vez, em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Até porque, a situação criada pelo vírus acarretou “diversas restrições sanitárias, impondo barreiras comportamentais individuais e coletivas, as quais repercutiram no âmbito emocional, econômico, político, cultural, religioso, dentre outros” (Coura & Almeida, 2020, p.16).

Em março de 2020, segundo os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 290 milhões de estudantes ficaram sem aulas. Esses estudantes descobriram que a atual pandemia afetava não apenas a interação com as outras pessoas, mas também com o seu próprio corpo, impedindo que fossem realizadas ações cotidianas simples, tais como, não tocar o nariz, os olhos, a boca. Aos pais e educadores coube a responsabilidade de explicar para as crianças o que estava acontecendo. Assim, cresceu a ideia de que a realidade virtual seria a forma mais segura para interagir com o mundo, pois mover-se livremente em espaços abertos naquele momento não era mais possível.

No contexto pandêmico, marcado por limitações, isolamento e medo, o uso das ferramentas virtuais emergiu e suscitou a necessidade de se discutir suas possíveis consequências para a educação escolar. Os estudos realizados já começavam a apontar algumas dificuldades, como a falta de acesso de alunos e professores à internet e o desconhecimento por parte de alguns docentes quanto à utilização das ferramentas virtuais. Tais fatos

desvelaram a percepção de que as atividades virtuais acabaram, “muitas vezes, por se constituírem em um mero aprofundamento das metodologias tradicionais (exercícios, correções, aulas expositivas) e não em um aproveitamento da tecnologia para desenvolver técnicas mais atrativas e estimulantes de aprendizagem” (Martins, 2020, p. 08). É preciso sobrelevar que as escolas e as instituições de ensino públicas ou privadas “se inserem nesse movimento e nessa situação pandêmica, e não estão isentas dos conflitos, das disputas de poder, de interesses diversos e do jogo econômico, no bojo, também, das desigualdades institucionais e entre redes de ensino” (Gatti, 2020, p. 30).

Nessa direção, o presente artigo oriundo de um projeto concluído do PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e associado a outras experiências e a outros estudos realizados na Universidade Estadual de Alagoas, por professores e alunos pesquisadores, traz para essa discussão: a pandemia, a educação e a deficiência, por meio das narrativas de pais e professores, sobretudo, no que se refere aos modos como esses sujeitos estavam se organizando para o atendimento do público-alvo da educação especial. Para tanto, o questionamento que orienta este trabalho se constrói a partir do seguinte prisma investigativo: O que narram pais e professores de alunos com deficiência a despeito da educação escolar durante a pandemia? As reflexões teóricas que sustentam o estudo de forma a garantir respostas à pergunta de pesquisa sobrenadam na contribuição dos escritos de Castro e Almeida (2014), Costa e Oliveira (2019), Gatti (2020), Lima e Bernardes (2020), Martins (2020), Plaisance (2015, 2018), Guizzo e Marcello, Müller (2020), dentre outros.

Com efeito, pensar acerca das narrativas dos pais e dos professores é o que move este estudo, justamente por se considerar que esse campo de pesquisa mais do que nunca precisava de atenção e, por isso mesmo, deflagrava a importância de reflexões sobre os desafios presentes no sistema educacional para a efetivação de uma escolarização que contemplasse a todos, independente de características físicas, intelectuais e/ou sensoriais. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo analisar as narrativas de pais e professores sobre a educação de alunos com deficiência durante a pandemia. Para isso, apresenta no seu escopo teórico alguns apontamentos sobre Educação à Distância (EAD) e educação emergencial, bem como, tece considerações sobre deficiência e inclusão escolar. Em seguida, são apresentadas a metodologia que norteou a pesquisa e a discussão dos dados coletados.

Por último e, não menos importante, é posta nas considerações finais, a compreensão de que tanto a escola quanto a família precisavam redimensionar seus papéis frente aos impactos que as novas rotinas de estudo, trabalho e relações sociais estavam deflagrando na vida das crianças com deficiência. Por se tratar de um estudo que exige um movimento reflexivo acerca das práticas educativas que precederam o momento pandêmico e que se efetivavam durante a pandemia, a produção escrita *per si*, foi sendo instituída dentro de uma

ótica que exigia sua imediata comunicação. Exatamente por isso, alguns resultados, ainda parciais da pesquisa foram publicados no e-book “Infâncias, Crianças, Diversidades e Perspectivas de Inclusão”, organizado por Angela Maria Araújo Leite, Elizete Santos Balbino e Maria do Socorro Barbosa Macedo, em 2021, pela Eduneal, editora da Universidade Estadual de Alagoas em parceria com o Centro Paulo Freire.

### **Referencial teórico**

Quando se anunciou a chegada da Covid-19 no Brasil, um dos primeiros passos dos governantes para “conter” o vírus foi decretar o fechamento das escolas, simbolizando que a situação não estava dentro dos padrões considerados “normais”. Os prazos dos decretos que sucederam esse primeiro momento seguiram-se sendo ampliados. Assim, a pressão pela continuidade dos estudos formais em sala de aula regular fez com que se tirasse da gaveta, um projeto que há muito tempo fazia parte das aspirações dos governos e empresas privadas de educação: a educação à distância (EAD). Usando uma expressão popular para explicar algo que aconteceu sem nenhuma preparação, pode-se dizer que “do dia para a noite,” essa modalidade, que até então não era permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como ferramenta prioritária na educação básica, tornou-se a solução pragmática para o momento da crise pandêmica (Soares, 2020).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o ensino fundamental deve ser presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Já para o Ensino Médio, é previsto um máximo de 30%. Nesse sentido, Soares (2020, p. 07) alerta para “o grande problema é que a EAD, longe de ser uma solução restrita aos tempos de pandemia, será, possivelmente, uma herança para momentos posteriores”.

Soares (2020, p. 08) chamou a atenção para as consequências que a implementação da EAD na educação básica podia trazer:

A primeira delas é que a sua implementação de modo aligeirado esbarra na falta de acesso à internet de grande parcela dos estudantes e inclusive de uma significativa parte do corpo docente. A isso soma-se o desconhecimento de um amplo setor do professorado no manejo de tecnologias para elaborar uma aula minimamente “interativa”. Assim, onde ainda se consegue realizar as ditas atividades virtuais, elas acabam, muitas vezes, por se constituírem em um mero aprofundamento das metodologias tradicionais (exercícios, correções, aulas expositivas) e não em um aproveitamento da tecnologia para desenvolver técnicas mais atrativas e estimulantes de aprendizagem.

Nessa esteira reflexiva, torna-se necessário, segundo Lima e Bernardes (2020, p.37), ponderar sobre a diferença entre EAD e Ensino Emergencial:

A Educação à Distância envolve desde o início uma adequação do conteúdo trabalhado para a realidade virtual, atividades e aulas síncronas e assíncronas, suporte constante de tutores, amplas estratégias de abordagens, plataformas (os chamados ambientes virtuais de aprendizagens) previamente conhecidas pelos professores e tutores, etc. As escolas estão diante de uma Educação Remota Emergencial. Remota porque a tecnologia tornou-se mediadora para as aulas presenciais; emergencial no que se refere a um conjunto de estratégias de ensino que têm sido pensadas e adaptadas no calor do momento.

Essa nova realidade educacional foi responsável pela geração de grandes desafios e de alargadas desigualdades sociais e educacionais em todos os níveis de ensino, como também, em outros grupos sociais. Segundo Gatti (2020, p. 32), os maiores obstáculos a serem enfrentados pelos pais, professores e alunos surgiram quando se

[...] obrigou crianças, adolescentes e jovens a mudarem seus hábitos relacionais e de movimento, a estudarem de modo remoto, alguns com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, tablet ou celulares), mas muitos não dispoendo dessas facilidades, ou dispoendo com restrições (por exemplo, não dispoisição de rede de internet ou de computador ou outro suporte, posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.), contando ainda aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial. Agregue-se a essas condições o grande contingente de alunos que não puderam contar com apoio mais efetivo dos pais por seu nível educacional, ou por trabalharem em setores prioritários durante o isolamento, ou por outros motivos. Ainda, evidenciou-se situação de alunos dependentes de redes educacionais que elas próprias não tinham condições de oferta remota de seus currículos.

Para a autora, nesse grupo, encontram-se as mulheres, trabalhadores autônomos e informais, os sem-abrigo ou populações de rua, os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, os insertos em campos de internamento para refugiados, imigrantes, idosos e as pessoas com deficiência. Essas pessoas têm sido vítimas ao longo dos tempos de outra forma de dominação, além do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado: o capacitismo. Em

relação a este termo, pode-se dizer que diz respeito à “forma como a sociedade discrimina-os, não lhes reconhecendo as suas necessidades especiais, não lhes facilitando acesso à mobilidade e às condições que lhes permitiriam desfrutar da sociedade como qualquer outra pessoa” (Sousa, 2020, p.20).

Nesse contexto, as autoras deste estudo, sentiram-se convocadas a refletir acerca da educação das pessoas com deficiência em tempos de pandemia, suscitando alguns questionamentos, tais como: Como elas estão sendo consideradas em meio às aulas remotas? Como os pais e as escolas estão fazendo para inseri-las na nova dinâmica que se impõe na atualidade? Na tentativa de alcançar a compreensão para esses questionamentos e o quanto a educação escolar pode incidir nos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, torna-se urgente fazer uma breve “reflexão crítica sobre a inclusão destes alunos, a partir do tensionamento criado entre a oferta de ensino de qualidade e as condutas presentes na escola” (Costa & Oliveira, 2019, p.120) para, em seguida, voltar a atenção para a educação dessas pessoas na pandemia.

Na visão de Costa e Oliveira (2019), as pesquisas que trazem informações sobre o processo de inclusão nas escolas retratam uma realidade diametralmente oposta às conclusões, muitas vezes, afirmadas no cotidiano escolar, as quais oneram o aluno pela sua condição. A deficiência ou despreparo, de fato, está fortemente inclinada para o sistema de ensino e seus atores, não para o aluno.

No caso da escola brasileira, seria utópico pensar em política de inclusão escolar, dado que isso envolve a colocação de alunos em escolas cujos desempenhos estão entre os piores do planeta. Os alunos podem ter acesso garantido à escola, mas, assim como os demais, não poderão ter acesso ao conhecimento sem melhoria da qualidade do ensino. É por isso que para se discutir inclusão escolar é preciso pensar, antes de tudo, em como melhorar a escola e o ensino para todos os alunos (Mendes et al., 2014, p. 123).

Para além disso, ao longo dos tempos, a educação especial foi estabelecida sobre a cultura da separação, considerando certas crianças como fora da porção comum ou mesmo “ineducáveis”, tendo, portanto, de frequentar instituições separadas (classes ou estabelecimentos especiais). O próprio postulado da educabilidade de todos, inclusive das crianças com deficiência, teve dificuldades em tomar espaço e isso prevaleceu por volta dos anos 1970, em vários países europeus. Os tipos de ações educativas também foram progressivamente reformulados além do “especial” em termos de integração e, principalmente, a partir dos anos 2000, em termos de inclusão. A mudança da educação integrativa para a educação inclusiva não é apenas um efeito da retórica modernista, porque introduz uma nova visão da adaptação, ou seja, não mais uma adaptação das crianças às estruturas existentes, ao

contrário, das instituições educativas à diversidade de crianças, o que implica transformações em termos de acolhida e currículo para que algumas delas não se tornem “excluídos do interior”. Nessa marcha, a vigilância continua sendo indispensável por parte dos profissionais da educação para que sempre saibam eliminar em suas práticas, os obstáculos que ainda persistam contra a participação de todos nos espaços comuns de vida (Plaisance, 2015).

Os documentos listados adiante, permitem a tomada de uma nova postura no que concerne ao tratamento das pessoas com deficiência, portanto, a leitura e o conhecimento do teor de cada manuscrito oficial torna-se imprescindível ao educador. São eles: a) Decreto nº 7.611, 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado; b) Resolução CNE/ CEB n 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; c) Decreto Federal nº 9.034 de 20 de abril de 2017, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; d) lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; e) Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024; f) Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), dentre outros. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) guarnecida e amparada por esses documentos, compeliu o Brasil a assumir essas questões em sua agenda política pela primeira vez.

Destarte, os índices de matrícula nos diferentes níveis e etapas educacionais são significativos; os recursos de apoio à escolarização tornaram-se pauta nas formações continuadas, acompanhados da implementação de salas de recursos para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todo o território nacional. Ressalte-se que o AEE é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, buscando a eliminação de barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008). Mesmo com os percalços e fragilidades inerentes a um processo de larga escala, pensar que todo e qualquer professor deverá ensinar todo e qualquer aluno é algo que ainda causa estranhamento e desconforto nas escolas. Há uma desconfiança em relação à validade do ensino considerado inclusivo, para além daquilo comumente chamado de socialização.

Apesar disso, as pesquisas ainda apontam o quanto os professores sentem-se desafiados quando recebem alunos com deficiência em suas salas de aulas, considerando que:

O acolhimento e a educação de alunos em situação de deficiência foram por muito tempo limitados a um setor separado da educação: a educação especial. Ao mesmo tempo, os profissionais que se ocupavam dessas crianças deviam ser especialistas e tinham pouca coisa a ver com o meio ordinário da educação, pois exerciam seu trabalho ou em instituições separadas e de formações específicas

ou em classes especiais. Em diferentes países, diplomas de especialização e de formações específicas foram criados para professores na prática junto a crianças com deficiência (Plaisance, 2018, p. 111).

Interessa focar o quanto aquilo que hoje é lido como resistência ou desafio perante a inclusão em escolas comuns é fruto de um processo histórico, em que as pessoas com deficiência ainda são reputadas como ineducáveis e enfrentam barreiras de toda ordem quando adentram nas nossas escolas, principalmente, as barreiras atitudinais definidas como “aquelas oriundas das atitudes das pessoas diante da deficiência apresentada pelo indivíduo como consequência da falta de informação e do preconceito, o que acaba resultando em discriminação, mais preconceito e, por consequência, a exclusão” (Castro & Almeida, 2014, p. 184).

Isso posto, não parece mais possível discutir hoje, a pandemia que todos atravessamos sem levar em conta as múltiplas desigualdades que ainda nos marcam e, dentre essas desigualdades, pode-se citar as que envolvem as pessoas com deficiência. Ou pensa-se nisso agora ou liquida-se de vez a ideia de que toda vida humana importa. Não há economia para quem está morto – significa dizer que antes de pensar na economia deve-se pensar na vida. Indicativo da irredutível importância da vida e de que a economia não deve ser nem autônoma nem autorregulada, como uma espécie de cogumelo que do dia para a noite brota no gramado. Hannah Arendt, judia nascida na Alemanha, filósofa e teórica política contemporânea, a partir de suas principais obras: “As Origens do Totalitarismo”, “Eichmann em Jerusalém”, “Entre o Passado e o futuro” e “A Condição Humana”, contribui com esse modo de pensar, uma vez que a partir dessas leituras são suscitadas reflexões substanciais, a exemplo de: o que faremos para que, por meio da reflexão e do pensamento, comecemos de novo, comecemos o novo? Que não se comece mais uma vez pela via da desigualdade é o mínimo que esperamos nesse momento (Mautone, 2020).

Gatti apresenta outro importante questionamento: “com quanto de compreensão ampla do bem comum, do bem público e do bem-estar social, bem como de formas de cooperação poderemos contar?” (2020, p.30). Nesse viés, espera-se que não seja necessário mais uma catástrofe para se perceber o quanto nossas diferenças são insignificantes e o quanto (re)pensar as características básicas de nossa sociedade, de modo especial, nas escolas, nunca foi tão urgente, principalmente se atitude humana for realmente pensar nas crianças com deficiência.

## **Metodologia**

Para alcançar os objetivos elencados traçados para esta pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, pelas vias da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para

Silveira; Córdova (2009), a abordagem qualitativa busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantifica os valores e as trocas simbólicas, nem se submete à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e valem-se de diferentes abordagens. A pesquisa documental, por seu turno, é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações contidas neles, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (Flick, 2009).

A pesquisa tem como proposta ouvir vinte participantes, sendo dez professoras que atuam na área e dez pais de crianças com deficiência, advindas de escolas públicas e privadas das cidades de Maceió e Arapiraca, além de municípios adjacentes do agreste alagoano. A intenção inicial foi a de que a escuta desses participantes fosse realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, posto que de acordo com Vieira (2009), a entrevista é um meio de levantamento de dados, porque é feita por um entrevistador que pode ser o pesquisador principal ou por grupos de entrevistadores treinados pelo pesquisador principal ou, ainda, por toda equipe. Na prática, as entrevistas buscam revelar opiniões, atitudes, ideias e juízos. Contudo, em função da pandemia e seus desdobramentos, utilizou-se, como instrumento metodológico, um questionário *online* através da plataforma *Google Forms*.

Na construção e reflexão do campo empírico, levantou-se alguns questionamentos, pelos quais foi abordada a temática em discussão. Embora, o encontro com o empírico conte com algo delineado, escolheu-se guardar a abertura necessária para que, ao finalizar a pesquisa, pudesse ser feita uma análise sobre o tema pesquisado, observando o que surgiu nesse campo emergente que se apresenta no cenário das escolas municipais que participaram da investigação.

## **Resultados e discussão**

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi apresentado aos participantes um breve resumo sobre a importância da temática proposta, no qual ressaltou-se que a intenção não era encontrar culpados ou questionar a eficácia das aulas remotas. Ao contrário, na investigação, procurou-se analisar as narrativas de pais e professores sobre a educação de alunos com deficiência durante a pandemia.

Na educação, professores e alunos passaram a utilizar as ferramentas tecnológicas como meio para desenvolver as atividades pedagógicas, (re)inventando novas formas de ser e de estar na escola e em casa, respeitando o isolamento social e as medidas sanitárias. Nesse contexto, os alunos com deficiência, que, por décadas, enfrentam impasses no seu processo de escolarização, viram-se imersos em mais um novo desafio. As dificuldades mais frequentes relatadas pelas professoras foram o uso das ferramentas tecnológicas, de modo que pudessem

prender a atenção e a concentração dos alunos, o apoio da família, como também a adaptação das atividades escolares.

Nessa direção, uma das professoras entrevistadas expressou: “sinto dificuldade em adaptar as atividades que realizo e que passo para serem realizadas em casa com os pais, pois sei que cada uma dessas crianças possui necessidades diferentes” (Professora 3, 2020).

Conforme Guizzo et al., (2020, p.07):

Professoras precisaram aprender a preparar materiais didáticos (atividades, videoaulas, recados motivacionais etc.), mas também a lidar com aplicativos e/ou ambientes virtuais nos quais disponibilizar esses materiais. Suas rotinas alteraram-se bruscamente, pois, além de planejar, também precisaram aprender a gravar, estar online e sanar dúvidas.

De acordo com as professoras entrevistadas, os principais desafios na inclusão do aluno com deficiência no ensino remoto são: o uso das tecnologias; a falta de acesso à internet dos pais ou responsáveis; a concentração dos alunos por muito tempo nas aulas e a conscientização por parte da família em relação às aulas remotas.

Quanto aos impactos voltados diretamente ao aluno com deficiência, a professora 9 enfatizou que: “O aluno com deficiência tem uma dificuldade maior de concentração nas aulas e isso leva mais tempo para que eles realizem as atividades propostas, necessitando de uma maior atenção dos professores. [...] nem sempre os pais ou responsáveis estão dispostos a usar metodologias que ajudem seus filhos no processo de ensino-aprendizagem” (Professora 9, 2021). O que a professora 9 destaca é uma realidade que vem se apresentando para todos os envolvidos na educação escolar.

Almeida e Dalbem (2020), numa pesquisa desenvolvida em uma escola pública do estado do Paraná, questionam: Como a instituição tem vivido esse processo? Quais são os conhecimentos e recursos materiais que possuem, ou deveriam possuir, para que suas atividades possibilitem formas legítimas de ação? Diante da adoção do ensino remoto pelas redes, está a escola dando continuidade a um processo educacional ou exacerbando os já conhecidos movimentos de desigualdade e exclusão? O estudo citado trata sobre os contornos educacionais e evidências da experiência desenvolvida em meio ao advento da pandemia com o intuito de examinar contornos, limites e potencialidades do processo vivido pelos profissionais da escola diante da inevitável (re)organização de seu trabalho. Uma reorganização importante frente à necessidade do isolamento social que a pandemia impôs (Almeida & Dalben, 2020).

Essa reflexão corrobora com a noção de que realmente há necessidade da readaptação dos conteúdos pedagógicos utilizados para ministrar as aulas, a fim de que sejam acessíveis aos discentes, empregando estratégias para dar assistência e receber as devolutivas dos níveis

de aprendizagem e tarefas de todos os alunos, inclusive, os que apresentam deficiência. Para tanto, a reorganização dos conteúdos pedagógicos utilizados na efetivação das aulas deve ser acessível e adaptada, empregando estratégias para dar assistência e receber as devolutivas dos níveis de aprendizagem e tarefas de todos os alunos.

Nessa mesma direção, a Professora 3 afirmou:

[...] pensar e considerar as potencialidades e as necessidades de cada um para traçar um plano de trabalho individual, mas como já relatei aqui, sinto a necessidade de um diálogo com os pais. Desse modo, seria mais fácil saber qual é a melhor forma de atender essas crianças, já que elas também são capazes de nos dizer como elas se sentem mais confortável e mais estimulada (Professora 3, 2020).

Quando se pensa na readaptação dos conteúdos, é imprescindível que o docente considere que nem todos os pais possuem escolaridade para ajudar os filhos, sendo assim, a professora 9 alerta para a necessidade de sejam realizadas, com os seguintes termos:

Atividades com bastante ilustrações, atividade de vida diária para que os pais possam realizar com eles em suas casas e, atividades sequenciadas, mas não que essas durem muito tempo para serem realizadas, visto que eles não mantêm a atenção por muito tempo realizando as mesmas (Professora 9, 2020).

Com esse relato, compreende-se, assim como Guizzo et al. (2020, p. 08), que:

Os responsáveis precisaram mediar a relação entre professoras e crianças, reaprender conteúdos até então esquecidos e aprender a lidar com aplicativos e ambientes virtuais: baixar conteúdo, acessar sites de bibliotecas, filmar atividades, tirar fotografias, fazer postagens que comprovassem a realização das atividades.

Para todas essas tarefas, foi preciso investir grande parte do seu tempo em uma nova demanda que lhes foi imposta, bem como assumir o uso efetivo das tecnologias digitais, já que elas compõem as condições de possibilidade para a continuidade da educação nesse momento vivido.

Outros relatos apresentam as dificuldades que os docentes estão enfrentando para readaptar os conteúdos pedagógicos no período de pandemia, a exemplo da professora 10 que disse: “É um grande desafio e às vezes parece bem complicado, vou testando e vejo o que dá certo” (Professora 10, 2021).

Nessa mesma linha de raciocínio, outra professora salientou:

Tenho tido um pouco de dificuldade em elaborar as aulas remotas para os alunos com deficiência, sinto falta de mais recursos na plataforma que uso. Mas tento procurar meios de acessibilidade para minhas crianças através dos meus slides, das minhas explicações e dos desafios/brincadeiras que proponho nas aulas (Professora 3, 2020).

Com essa fala, percebe-se o quanto a professora, mesmo com as dificuldades relatadas, empenha-se em fazer ajustes, adequações e readaptações, a desenvolver estratégias para ministrar suas aulas. Sobre isso, Guizzo et al. (2020, p. 08) apontam que é preciso que haja a

[...] redefinição de um cotidiano no qual o ensino domiciliar mediado por recursos digitais se faz agora decisivo. Nesse novo cotidiano, professoras, crianças e responsáveis precisaram redimensionar e fazer dialogar suas experiências com as tecnologias. Na qualidade de estratégia, tais práticas, de modo mais amplo, parecem apenas reafirmar uma lógica tão familiar e quase trivial do mercado vinculada aos pressupostos meritocráticos – promovendo, com isso, novas formas de configuração do cotidiano [...].

Para finalizar a participação das professoras nesse debate, expõe-se para a discussão, como está sendo trabalhada a interação entre os alunos:

É de imensa importância que haja bastante interação entre eles durante esse momento que estamos vivendo, principalmente na educação infantil onde o cuidar, o afeto, a presença, o toque, a construção da cultura de pares, são indispensáveis. Algumas ações como livres descontraídas, sem ser exatamente aula, seria uma boa prática. Atividades em grupo, em dupla, onde os pais podem se conectar com as suas crianças e pensar em como realizar essas atividades com elas. Troca de fotos, de áudios curtos, mensagens. Trazer coisas fazíamos em sala e lembrar os gostos e manias dos colegas, pra tentar fazer com que a presença exista mesmo que distante (Professora 3, 2020).

Essa é uma das principais questões quando se trata da inclusão em escolas regulares. Para Silva e Galuch (2009, pp. 02-03), “a interação entre sujeitos está no centro das atenções, quando o objetivo é promover um ensino que resulte em uma aprendizagem promotora do desenvolvimento.” Nessa perspectiva, compreende-se que a interação na sala de aula regular

contribui para a qualidade no ensino e aprendizagem, favorecendo trocas de experiências e saberes entre professores e alunos.

É importante que o professor promova momentos de interação na sala de aula virtual, transformando as aulas em ações pedagógicas agradáveis, dinâmicas e flexíveis com o intuito de estimular os alunos a participarem e a realizarem as atividades, visto que há uma certa rejeição e dificuldades por parte deles em relação ao ensino remoto. Ademais, na adoção de estratégias que promovam o diálogo, é possível perceber uma maior demonstração de interesse dos discentes em se envolverem nas atividades propostas. Assim, a convivência com o outro, mesmo que à distância, favorece a maneira como os conhecimentos e conteúdos são desenvolvidos e assimilados.

Na perspectiva dos pais, com as aulas remotas emergem algumas dificuldades no processo ensino-aprendizagem de seus filhos, uma delas é relatada quando a mãe afirma: “[...] é muito difícil de aprender com as aulas remotas, dá para desenrolar, se adaptar com esse novo normal, aprender com eles para ensiná-los, mas é difícil.” (Mãe 7, 2021).

Os pais entrevistados reconhecem que as professoras são prestativas e dedicadas, porém, eles não deixam de mencionar as dificuldades dos alunos em manter a atenção por um longo período de tempo, dificultando, assim, seu desenvolvimento. Na entrevista, uma mãe afirmou que o filho “fica disperso, é difícil manter o foco.” E outra acrescentou: “Logo no começo, ele gostou, depois viu que a aula estava cansativa e sente por não está perto da tia”.

Essa nova forma de “levar” a escola até o aluno foi bastante desafiadora para todos os envolvidos; para os professores que, em tempo recorde, tiveram que reinventar o seu plano de aula, aventurando-se em um universo desconhecido para muitos, o ensino à distância e novas tecnologias; para os responsáveis, que, em meio a um turbilhão de atividades e preocupações, estão assumindo o papel de tutores e educadores de seus filhos. Muitos não faziam a menor ideia de como agir naquela situação, ficaram completamente perdidos diante do caos instalado. E, por sua vez, os estudantes, que foram separados de seus colegas de turma, afastados de suas rotinas, se perceberam em um novo mundo, totalmente desconhecido (Machado, 2020).

Para os pais, o corpo docente estava agindo de forma positiva para a inclusão de todos os alunos. Uma mãe entrevistada disse que a professora “[...] está sempre incentivando e ensinando de formas diferentes que chama atenção dos alunos para estudar” (Mãe 2, 2020). De um modo geral, todos os pais entrevistados mostraram-se satisfeitos com a organização e estratégias dos docentes e com a forma com que eles estão ministrando as aulas, porém admitem que os impactos da pandemia na vida escolar de seus filhos são evidentes: “Não tivemos déficits de aprendizado, pois continuamos estudando os conteúdos em casa, mas tivemos uma grande perda nas habilidades sociais” (Mãe 3). A mãe 4 relatou sobre o comportamento das crianças: “Acho que as crianças estão mais estressadas em casa, o convívio no dia a dia está sendo muito difícil.” A fala da mãe 4 permite-nos vislumbrar o quanto “[...] a

reinvenção do cotidiano [...] não tem sido vista como simples. Talvez as dificuldades venham se dando, dentre outros fatores, pelo fato de as relações interpessoais presenciais estarem sendo fortemente afetadas” (Guizzo et al., 2020, p.07).

Seguindo a mesma linha de raciocínio das autoras citadas, Gatti (2020, p. 39) adverte:

O impacto repentino das mudanças de rotinas no trabalho, no estudo, nas relações, nas necessidades, nesses tempos de isolamento social, provocou rupturas com hábitos arraigados [...] bem como demandou exercício de paciência, desenvolvimento de atividades de modo diferente. O uso de recursos virtuais entrou em foco e suas qualidades e seus problemas estão sendo experimentados.

A despeito dessa nova configuração do espaço escolar, o estudo e a aprendizagem de conteúdos curriculares novos em modo de isolamento, com apoios delimitados pela situação remota, o excesso de conteúdos emitidos ou de tempo dedicado diante da tela do computador ou outro aparelho digital, trocas relativizadas pelo esforço comunicativo demandado, falta do calor dos laços presenciais provocaram dificuldades de atenção, concentração e nível elevado de estresse nos alunos (Gatti, 2020).

Os pais entrevistados relataram também que os filhos sentiam algumas dificuldades relacionadas à atenção durante a aula, como ressaltou uma mãe em relação a sua criança: “[...] fica agitada e, muitas vezes, não tem interesse em assistir às aulas” (Mãe 7, 2021), ou seja, essa nova maneira de ensinar, apesar de ter se constituído como a única solução para que os alunos não deixassem de estudar, apresentou-se cansativa e enfadonha para a criança.

Em relação aos desafios encontrados no contexto familiar que dificultam a aprendizagem dos alunos com deficiência, pode-se destacar as seguintes situações: “Fazer com que prestem atenção na tela seja do celular ou do computador” e “[...] ele não se interessa. Ele se irrita, se tentarmos fazer ou mostrar a ele para que fique assistindo, ele chora” (Mãe 8, 2021). Assim, para concluir os depoimentos, ressalta-se a fala de duas mães. A primeira delas, defendeu que “[...] depende muito de cada aluno, tem os que se adaptaram e os que não” (Mãe 8, 2021). Já a outra, afirmou que as aulas remotas não funcionaram com sua prole: “Durante o ano de 2020, no início da pandemia, fechamos a matrícula da escola, pois vimos que seria bem complicado. E, neste ano (2021), retornou de forma presencial” (Mãe 10, 2021)

Com os resultados deste estudo, percebe-se que tanto os professores quanto os pais empenharam-se na busca de alternativas, tentando fazer o possível para que fossem superadas as dificuldades e diminuídos os impactos danosos causados pela pandemia, primando pelo estabelecimento do diálogo, com o intuito de promover, mesmo que virtualmente, a interação entre as crianças durante as aulas. Ações dessa natureza, deixaram ainda mais evidente a necessidade da factual união entre a escola e a família, no sentido de assegurar que o processo

de inclusão e de desenvolvimento dos alunos com deficiência, seja concretizado e, por conseguinte, sejam minimizados os efeitos de qualquer situação desfavorável que ocorra no processo de escolarização.

Nada obstante, ainda não se tem condições de avaliar o quanto circunstâncias como as que foram aqui relatadas poderão afetar a escolarização e a inclusão de alunos com deficiência, mas há de se considerar que o período pandêmico requereu um maior cuidado, uma atenção diferenciada e mais sensibilidade de todos os envolvidos. Essa conjuntura não está totalmente rescindida, até porque trata-se de uma situação que ainda clama por zelos e esforços similares aos que foram dispensados na pandemia, visto que os impactos causados naquele período continuarão a interferir, por um longo tempo, na vida dos alunos com deficiência que estão inseridos no processo escolarização.

É importante reafirmar que família e escola sempre formaram um elo importante no desenvolvimento da aprendizagem de crianças e adolescentes. No momento de pandemia, a escola, com certeza necessitou mais do que nunca da presença da família, não para que ela fosse responsável pela abordagem dos conteúdos escolares, mas, sobretudo, para que se ocupasse em estimular as crianças no cumprimento das atividades estudantis. Naquele período, foi notório que a família estava sendo chamada junto com a escola para refletir sobre novas formas de pensar a organização e aprendizagem dos seus filhos (Silva, 2019).

Assim, para garantir o direito à educação ao aluno com deficiência, mesmo em tempo de pandemia, a escola deve ter a inclusão como linha de atuação, ou seja, mesmo em casa, o aluno deve receber toda a assistência necessária para que possa desenvolver-se educacionalmente. (Cury et al., 2020).

Ante o exposto, vale lembrar Gatti (2020), ao alegar que no contexto pandêmico foi preciso criar condições coletivas para construir e assumir novas formas de pensar e de agir no que se refere às funções e ao trabalho escolar. Desse modo, torna-se imperioso assumir novos posicionamentos e adotar novas atitudes e perspectivas, possibilitando, com isso, recriar os espaços e tempos escolares, quebrar com a “hora-aula”, implementar alternativas para aprendizagens em coparticipação, construir dinâmicas curriculares com o essencial dos conhecimentos importantes para a sociedade contemporânea, ponderados por uma visão de futuro. O papel dos gestores e professores precisará, a partir de então, configurar-se em outros contornos. De igual maneira, a formação docente tanto inicial quanto continuada deverá ser repensada.

## **Conclusão**

A escolha de refletir sobre essa temática se deu pelo entendimento de que falar sobre os alunos com deficiência no contexto de pandemia se constituiu em uma decisão bastante significativa, porque proporcionou a percepção de dificuldades coletivas e impulsionou a

partilha de saberes, pontualmente, em um momento de extrema fragilidade humana, minimizando de certa forma, algumas angústias comuns. Entretanto, reconhece-se nesse estudo, a escassez de pesquisas que tratem da pandemia e de seus efeitos para o público-alvo da educação especial de forma mais aprofundada, posto que os trabalhos investigativos, em sua maioria, encontram-se em fases exordiais. Assim, considerando a situação de desigualdade e vulnerabilidade que essas crianças vivenciam cotidianamente, entende-se que são necessárias mais discussões nessa área, no intuito de divulgar e fomentar estudos futuros.

Diante do que foi analisado por meio dos questionários, compreendeu-se que a pandemia da COVID-19 modificou o modo de ensinar e aprender. Os pais alegaram que seus filhos tinham dificuldades de adaptação ao formato da aula remota, por que essa modalidade exigia deles maior concentração, por serem obrigados a ficar muito tempo em frente da tela do celular ou de outra ferramenta tecnológica. Já os professores, tiveram que readaptar sua metodologia de ensino, que antes acontecia de modo presencial para o formato remoto, com a finalidade de garantir que os conteúdos pedagógicos chegassem para as crianças de maneira compreensível apesar dos desafios existentes.

Ainda que a pesquisa apresente a visão de um grupo de pessoas entrevistadas, registra-se o quanto a pandemia e, conseqüentemente, o isolamento social que ela exigiu, deram origem a um deslocamento e a uma reinvenção dos espaços escolares, nos quais o ensino remoto, mediado por recursos digitais, fez-se decisivo. Nesse novo cotidiano, professores, crianças e responsáveis precisaram fazer uma (re)organização nos seus modos de ensinar, aprender, que fosse capaz de dar conta dessa nova realidade que a pandemia desencadeou.

Expresso isso, conclui-se que tanto a escola quanto a família precisaram redimensionar seus papéis frente aos impactos que as novas rotinas de estudo, trabalho e relações sociais estavam acarretando na vida de todas as crianças e, em especial, das que apresentavam deficiência e careciam de maior atenção naquele momento de pandemia. Por fim, destaca-se a relevância desta pesquisa, por se configurar como um estudo capaz de despertar a reflexão para futuras investigações que tratem sobre o modo como o ensino remoto repercutiu na educação e na inclusão de alunos com deficiência.

### **Agência financiadora**

Este estudo traz resultados da pesquisa de iniciação científica desenvolvida pelo PIBIC-UNEAL/FAPEAL, na qual uma das graduandas envolvidas foi contemplada com uma bolsa financiada pela Fundação do Amparo à Pesquisa em Alagoas (FAPEAL). A proposta em sua totalidade foi efetivada a partir dos estudos realizados no Grupo de Pesquisa Educação e Inclusão (UNEAL/CNPq).

## Referências

- ALMEIDA, L. C., DALBEN, A. (2020). (Re) organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im)possível. *Educação e Sociedade*, 41, (e239688). <https://www.scielo.br/j/es/a/sJBDsSZGLL9kt4b8YMB8wRN/?lang=pt&format=pdf>.
- BRASIL. Ministério da Educação. (2008). Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996*. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)
- CASTRO, S. F., ALMEIDA, M. A. (2014, abr-jun). Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, 20 (2), p. 179-194, abr.-jun., 2014. <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XPGCHzqgpSQW-tHV8grBb5nL/?format=pdf&lang=pt>.
- COSTA, D. S., OLIVEIRA, G. P. (2019, jan-abr). A cortina de fumaça na inclusão de alunos com deficiência. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 5, N.1- pág. 118-134 janeiro-abril, 2019: “Gênero, sexualidades e educação em sistemas de privação de liberdade.” <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/37922>.
- COURA, A. S., ALMEIDA, I. J. S. (2020, jul-dez). Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e pessoas com deficiência. *Journal Health NPEPS*. 2020 jul-dez; 5(2):16-19. ISSN 2526-1010. <https://periodicos.unemat.br/article/download>.
- CURY, C. R. J., FERREIRA, L. A. M., FERREIRA, L. G. F., & REZENDE, A. M. S. S. (2020). O Aluno com Deficiência e a Pandemia. *Instituto Fabris Ferreira*. <https://freemind.com.br/blog/wp-content/uploads/2020/07/O-aluno-com-defici%C3%Aancia-na-pandemia-I.pdf>.
- FLICK, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed.
- GATTI, B. A. (2020). Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estudos Avançados*. 34 (100), São Paulo Sept./Dec. 2020 Epub Nov 11, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>.
- GUIZZO, B. S., MARCELLO, F. de A., & MÜLLE, F. (2020). A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 46 (e238077). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202046238077>.
- LIMA, L. S., BERNARDES, M. (2020). Do caos à pandemia: educação emergencial em escolas do campo. In: SOARES. Sávila Bona V. et al. (Orgs.). *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Editora Terra Sem Amos: Brasil. (pp.35-44).
- MACHADO, P. (2020). Educação em tempos de pandemia: O ensinar através de tecnologias e mídias digitais. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tempos-de-pandemia>.
- MARTINS, J. R.V. (2020). Educação como lódecus da Luta de classes na pandemia. In: SOARES. Sávila Bona V. et al. (Orgs.). *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Editora Terra. (p. 15-20).
- MAUTONE, G. (2020). *Racismo e desigualdade são destacados por principais filósofos da atualidade em e-book gratuito sobre a covid-19*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/livros/noticia/2020/04/racismo-e-desigualdade-sao-destacados-por-principais-filosofos-da-atualidade-em-e-book-gratuito-sobre-a-covid-19-ck8rgxqorooyko1qwasqxorn3.html>.

- MENDES, E. G., VILARONGA, C. A. R., & ZERBATO, A. P. (Org.). (2014). *Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar*. EdUUFSCAR.
- PLAISANCE, E. (2015, maio-ago). Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/20049>.
- PLAISANCE, E. (2018). “Não estamos preparados para isso!” – educação inclusiva e formação de professores. In: VOLTOLINI, Rinaldo (Org.). *Psicanálise e formação de professores: antiformação docente*. (pp. 111-124.).
- SANTOS, B. de S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Editora Almedina.
- SILVA, Cristiane. (2019). A importância da parceria da família e a escola na educação infantil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04 de julho de 2019. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/familia-e-a-escola>.
- SILVA, M. A. M., GALUCH, M. T. B. (2009) Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS*, (15, n. 30, 2009. <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/>.
- SILVEIRA, D. T., CÓRDOVA, F. P. (2009). A pesquisa científica. In: GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de pesquisa*. (pp. 31-42), Editora UFRGS.
- SOARES, S. B. V. MARTINS, J.R., FIERA, L., EVANGELISTA, O., FLORES, R., SOUZA, E. H. S., RODRIGUES, V. V., LIMA, L. S., BERNARDES, M. (2020). Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES, S. B. V. (Org.). *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020. p. 05-14. <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/05/coronavc3adrus-educac3a7c3a30-e-luta-de-classes-no-brasil-2.pdf>.
- VIEIRA, S. (2009). *Como elaborar questionários*. Atlas.